
***Statkraft
Comercialização de
Energia S.A.***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
Statkraft Comercialização de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Statkraft Comercialização de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Statkraft Comercialização de Energia S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 15 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Statkraft Comercialização de Energia S.A.

Balanços patrimoniais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022	Passivo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	9.157	13.120	Fornecedores	8	21.268	25.035
Contas a receber	7	34.328	31.436	Partes relacionadas	9	6.244	2.051
Partes relacionadas	9	3.787	3.860	Tributos a recolher	10	5.002	2.847
Tributos a recuperar		5.443	2.766	Dividendos a pagar	9	-	2.150
				Imposto de renda e contribuição social	11	2.748	1.823
				Outros passivos		55	335
Total do ativo circulante		52.715	51.182	Total do passivo circulante		35.317	34.241
				Total do passivo		35.317	34.241
				Patrimônio líquido			
				Capital social	12	10.016	10.016
				Reservas de Lucros	12	7.382	6.925
				Total do patrimônio líquido		17.398	16.941
Total do ativo		52.715	51.182	Total do passivo e patrimônio líquido		52.715	51.182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Statkraft Comercialização de Energia S.A.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Receita operacional líquida	13	368.306	284.006
Custos			
Custo do fornecimento de energia elétrica	14.a)	(255.354)	(271.778)
		(255.354)	(271.778)
Lucro bruto		112.952	12.228
(Despesas) Receitas operacionais			
Gerais e administrativas	14.b)	(874)	(340)
Outras (despesas) receitas		54	1.288
		(820)	948
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		112.132	13.176
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	15	4.743	603
Despesas financeiras	15	(145)	(102)
		4.598	501
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		116.730	13.677
Imposto de renda e contribuição social	11	(39.824)	(4.626)
Lucro do exercício		76.906	9.051
Lucro básico diluído por lote de mil ações (R\$)		7,678	1,275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Statkraft Comercialização de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Lucro do exercício	76.906	9.051
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos:	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>76.906</u>	<u>9.051</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Statkraft Comercialização de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total de Patrimônio Líquido
		Capital Social	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 01 de janeiro de 2022		1.000	1	16	-	1.017
Lucro do exercício	12	-	-	-	9.051	9.051
Aumento de capital	12	9.016	-	-	-	9.016
Constituição reserva legal			453	-	(453)	-
Reversão de dividendos obrigatórios do exercício anterior		-	-	6	-	6
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	(2.150)	(2.150)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	6.448	(6.448)	-
Outras movimentações em reservas de lucros		-	-	1	-	1
		-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		10.016	454	6.471	-	16.941
Dividendos adicionais distribuídos		-	-	(57.610)	-	(57.610)
Lucro do exercício	12	-	-	-	76.906	76.906
Constituição reserva legal	12	-	1.549	-	(1.549)	-
Dividendo mínimo obrigatório	12	-	-	-	(18.839)	(18.839)
Constituição da reserva de retenção de lucros	12	-	-	56.518	(56.518)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		10.016	2.003	5.379	-	17.398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Statkraft Comercialização de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		116.730	13.677
		<u>116.730</u>	<u>13.677</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber	7	(2.892)	(35.296)
Tributos a recuperar		(2.677)	(2.766)
Fornecedores	8	(3.767)	25.035
Tributos a recolher	10	2.155	2.845
Outras movimentações em passivos		(280)	34
		<u>(7.461)</u>	<u>(10.148)</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas operações		<u>109.269</u>	<u>3.529</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	11	(38.899)	(2.803)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		<u>70.370</u>	<u>726</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Partes relacionadas	9	4.266	2.051
Aumento de capital		-	9.016
Pagamentos de dividendos	12	(78.599)	-
Caixa líquido proveniente (e aplicado) nas atividades de financiamento		<u>(74.333)</u>	<u>11.067</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(3.963)</u>	<u>11.793</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	13.120	1.327
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	<u>9.157</u>	<u>13.120</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(3.963)</u>	<u>11.793</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações gerais

A Statkraft Comercialização de Energia S.A. (“Companhia” ou “SKER Com”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede social em Florianópolis, Santa Catarina e que tem por atividade principal a comercialização atacadista de energia elétrica.

A Companhia foi constituída em 4 de maio de 2021 e é subsidiária integral da empresa Statkraft Energias Renováveis S.A. Atua com foco em gestão de energia para os ativos do portfólio de sua controladora, visando a entrega de energia aos consumidores finais.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 15 de abril de 2024.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso das aplicações financeiras, é ajustado para refletir o valor justo, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Instrumentos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, empréstimos e fornecedores.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.4.1. Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4.2. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou ainda realizar o ativo e simultaneamente liquidar o passivo.

2.4.3. *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados

(excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de “hedge”

A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, assim como não realizou operações com derivativos financeiros (contratos de “swap”, troca de moedas ou indexadores, contratos futuros, mercado a termo e de opções, entre outros), neste exercício.

2.6. Contas a receber

O saldo de contas a receber corresponde à venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras, contabilizado pelos valores faturados, e recebíveis referentes liquidações do Mercado de Curto Prazo - MCP. A provisão para créditos de realização duvidosa é avaliada levando em consideração as perdas esperadas na realização dos créditos. Na data-base das demonstrações financeiras não havia necessidade de provisão constituída em razão da inexistência de expectativa de perda quanto à realização dos referidos créditos.

2.7. Outros ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.8. Fornecedores e saldos a pagar de mercado de curto prazo

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Já as contas a pagar apresentadas como passivo não circulante, são as devidas num prazo maior que 12 meses.

2.9. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança. É provável que benefícios futuros fluirão para a Companhia se critérios específicos tiverem sido atendidos.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de transação e as especificações das operações de venda de energia.

2.10. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia optou pelo regime de Lucro Real para apuração do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o resultado.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

2.11. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da Administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

2.12. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada em assembleia de acionistas, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto pelo estatuto social da Companhia.

2.13. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas pelo IASB especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenants somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- CPC 26 (R1) (IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) – “Divulgação de políticas contábeis”: Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece

que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.

- CPC 23 (IAS 8) – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- CPC 32 (IAS 12) – “Tributos sobre o Lucro”: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

A Companhia avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis das informações trimestrais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

a) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos

4. Política de gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos ao seu

desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Statkraft Brasil, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria da Statkraft Energias Renováveis S.A., acionista responsável pela sua administração. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

Como toda e qualquer empresa, a execução da atividade e dos negócios podem gerar riscos de mercado que podem afetar significativamente a operação dela. A Companhia pode ainda estar sujeita a fatos externos que possam gerar algum tipo de risco de mercado. Isso decorre do fato de sua operação estar diretamente vinculada à complexidade de regras emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e à CCEE, bem como outros órgãos reguladores, e mesmo a Companhia atuando com clientes e fornecedores sólidos e com contratos firmes de curto e longo prazos, medidas anunciadas e regulamentações do setor podem afetar direta e indiretamente os negócios a qualquer tempo, dada sua atuação em um mercado regulamentado.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente pela Diretoria de Finanças e Risco, que exerce monitoramento periódico e acompanha a performance de todos os contratos de compra e venda de energia elétrica, seguindo política interna específica para aprovação de limites de créditos, recebimento e validação de garantias de clientes (financeiras ou corporativas), além de dar suporte às negociações realizadas pela Companhia na posição de contratos junto à CCEE.

c) Risco de liquidez

Compreende o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional.

5. Instrumentos financeiros por categoria

	31.12.2023	31.12.2022
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	9.157	13.120
Partes relacionadas	3.787	3.860
Contas a receber	34.328	31.436
	<u>47.272</u>	<u>48.416</u>

	31.12.2023	31.12.2022
Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Fornecedores	21.268	25.035
Dividendos	-	2.150
Partes relacionadas	6.244	2.051
	<u>27.512</u>	<u>29.236</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata conforme segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Contas bancárias em moeda funcional	1	2
Aplicações financeiras com liquidez imediata	9.156	13.118
Total de caixa e equivalente de caixa	<u>9.157</u>	<u>13.120</u>

As aplicações financeiras têm rendimento equivalente a 99% da variação do CDI, podendo ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações (99% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2022).

7. Contas a receber

	31.12.2023	31.12.2022
Comercialização de energia elétrica	33.857	6.439
Saldo de mercado de curto prazo	471	24.997
Total de contas a receber	<u>34.328</u>	<u>35.296</u>

A Companhia avalia a qualidade de crédito de cada um de seus clientes periodicamente. Para os saldos apresentados não existem títulos em atraso, e tampouco riscos para provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

8. Fornecedores

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 21.268 (31 de dezembro de 2022 R\$ 25.035) referente a transações de compra de energia no mercado de curto prazo.

9. Partes relacionadas

	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante		
Contas a receber		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(i) 1.241	2.186
Oslo III S.A.	(i) 610	-
Santa Fé Energia S.A.	(i) -	1.674
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(i) 1.936	-
	<u>3.787</u>	<u>3.860</u>
Passivo circulante		
Partes relacionadas		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(i) 1.929	-
Oslo I S.A.	(i) 1.278	-
Oslo II S.A.	(i) 1.561	526
Oslo III S.A.	(i) 51	-
Oslo VI S.A.	(i) 362	-
Oslo VIII S.A.	(i) 442	-
Oslo IX S.A.	(i) 497	-
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(i) -	1.525
Statkraft AS	(i) 124	-
	<u>6.244</u>	<u>2.051</u>
Dividendos a pagar		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	-	2.150
Total dividendos a pagar	<u>-</u>	<u>2.150</u>

(i) Saldo a receber referente a operações de venda de energia como estratégia comercial.

	31.12.2023	31.12.2022
Receita de comercialização de energia elétrica		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	44.923	7.417
Oslo III S.A.	305	-
Santa Fé Energia S.A.	288	4.967
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	21.315	7.001
	<u>66.831</u>	<u>19.385</u>
Custo na compra de energia elétrica		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(24.673)	(6.616)
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(8.893)	(25.318)
Santa Fé Energia S.A.	-	(3.447)
Oslo I S.A.	(1.749)	-
Oslo II S.A.	(18.366)	(526)
Oslo III S.A.	(51)	-
Oslo VI S.A.	(362)	-
Oslo VIII S.A.	(442)	-
Oslo IX S.A.	(497)	-
	<u>(55.033)</u>	<u>(35.907)</u>
Despesas gerais e administrativas:		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(41)	-
Statkraft AS	(124)	-
	<u>(165)</u>	<u>-</u>

10. Tributos a recolher

	31.12.2023	31.12.2022
COFINS a recolher	4.058	2.193
ICMS a recolher	-	177
Imp.Importação a recolher	63	-
PIS a recolher	881	476
Total dos tributos	5.002	2.847

11. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social pode ser assim apresentada:

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro antes dos tributos	116.730	13.677
Alíquota nominal combinada de IRPJ e CSLL %	34%	34%
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	(39.688)	(4.650)
Efeitos tributários sobre:		
Dedução adicional de imposto de renda	24	24
Outros	(160)	-
Total dos efeitos tributários	(136)	24
Total de tributos no resultado do período	(39.824)	(4.626)

O saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 2.748 (31 de dezembro de 2022 R\$ 1.823).

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital é de R\$ 10.016 (R\$ 10.016 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 10.016.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes a sua controladora Statkraft Energias Renováveis S.A.

b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Retenção de lucros

Constitui-se a reserva de lucro o saldo de lucros remanescente não distribuído no exercício em questão, cuja destinação fica a cargo da Assembleia de Acionistas.

c) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

O cálculo dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro é assim demonstrado:

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro do exercício	76.906	9.051
Constituição da reserva legal	(1.549)	(453)
Base de cálculo	75.357	8.598
Dividendo mínimo estatutário - %	25	25
Dividendos mínimos obrigatórios proposto	18.839	2.150
Dividendos adicionais	57.610	-
Total de distribuição de dividendos do exercício	<u>76.449</u>	<u>2.150</u>
Dividendos mínimos obrigatórios proposto por ação - em R\$	1,881	0,215
Dividendos adicionais por ação - em R\$	5,752	-
	<u>7,633</u>	<u>0,215</u>
nº de ações	10.016.000	10.016.000

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta "Dividendos a pagar" pode ser assim demonstrada:

Saldo em 01 de janeiro de 2022	<u>5</u>
Reversão de dividendos obrigatórios	(5)
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>2.150</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>2.150</u>
Dividendos adicionais aprovados	57.610
Pagamento de dividendos	(78.599)
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>18.839</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u><u>-</u></u>

13. Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Transações no mercado de curto prazo	<u>405.847</u>	<u>312.955</u>
Total da receita operacional bruta	<u>405.847</u>	<u>312.955</u>

(-) Deduções da receita operacional

PIS	(6.696)	(5.164)
COFINS	(30.845)	(23.785)
Total das deduções sobre a receita	(37.541)	(28.949)
Receita operacional líquida	368.306	284.006

14. Custos e despesas

a) Custos

	31.12.2023	31.12.2022
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	(255.354)	(271.720)
Encargos setoriais	-	(58)
Total de custos no fornecimento de energia e serviços prestados	(255.354)	(271.778)

b) Despesas gerais e administrativas

	31.12.2023	31.12.2022
Serviços de terceiros	(450)	(48)
Encargos setoriais	(263)	(30)
Impostos e taxas	(79)	(262)
Propaganda e publicidade	(16)	-
Serviços de partes relacionadas	(66)	-
Total de despesas gerais e administrativas	(874)	(340)

15. Resultado financeiro

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	4.743	597
Variação cambial ativa	-	6
Total da receita financeira	4.743	603
Despesas financeiras		
IOF, multas e juros sobre tributos	-	(67)
Outras despesas financeiras	(145)	(35)
Total das despesas financeiras	(145)	(102)

16. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados em nota explicativa.

A Companhia não identificou perdas com riscos prováveis ou possíveis para fins de provisão ou divulgação no exercício de 2023 e 2022.

17. Resultado por ação

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	76.906	9.051
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	10.016	7.101
Lucro por ação (R\$)	7,678	1,275

18. Seguros

a) Seguros de responsabilidade dos administradores (D&O - "Directors and Officers")

A Companhia é segurada na apólice detida pela Statkraft Energias Renováveis S.A. O seguro possui como cobertura a indenização aos administradores da Companhia sobre perdas judiciais ou que se refiram à títulos mobiliários sob condições específicas discriminadas na apólice de seguros. Sua vigência compreende o período de 31 de dezembro de 2022 a 31 de dezembro de 2023, sendo renovado e estendida até 31 de dezembro de 2024.